

CONTOS PARA CONTAR

ENSAIO PARA O SEU CONHECIMENTO E SUA CLASSIFICAÇÃO

POR PAULO FERREIRA DE LEMOS

Os contos para contar, segundo uma boa hipótese, teriam sido trazidos para Portugal por Afonso III, que os conheceu em França e aqui introduziu o seu uso.

Os contos para contar, dinheiros de conto, ou moeda de conto (não confundir com moeda de conta), são peças metálicas indestrutivelmente ligadas à numismática, já pela sua forma e aparência, já pela sua função.

A sua manufactura é manifestamente paralela à da moeda e até muitas vezes a sua semelhança se presta a confusões e a incertezas na sua destrição e, contrariamente ao que já tem sido afirmado, é para nós uma certeza terem sido na sua maioria trabalho de gravadores nacionais; as fantasias e barbarismos das suas legendas e símbolos gravados correspondem, somente, a preocupações estéticas e, por vezes, também à ignorância dos artistas gravadores, possivelmente não oficiais.

A função para que foram criadas estas peças foi a de substituírem fisicamente as moedas correntes no cálculo mecânico, o que aconteceu enquanto não foi substituído o método de contar com algarismos romanos (conta romana) pelo método decimal, com base nos algarismos indo-árabes.

Essa substituição, fenómeno lento, só foi completada no fim do século XVI e a ela se refere a gravura gótica que acompanha este estudo.

Na realidade era (e continua a ser), um problema de difícil resolução a soma de meia dúzia de parcelas, escritas em conta romana, e mais difícil se tornaria se cada parcela se referisse, como era vulgar, a uma unidade monetária diferente: libras, reais brancos e pretos, ceitis, etc., etc., etc., ou ainda a dobras, tornezes, reais de prata, barbudas, graves, pilartes e dinheiros...

O calculador era, necessariamente, uma autêntica máquina de cálculo e somente poderia obter êxito se dispusesse, além de uma boa técnica e método, de um conhecimento perfeito de todos os valores e equivalências das moedas correntes.

Os contos eram para ele, o que hoje são para as máquinas de somar, as suas engrenagens.

É por estas razões que julgamos estarem estas peças mais ligadas à numismática do que à tesserologia, embora seja certo que os contos, quando no último quartel do século XVI deixaram de ter a função para que foram criados, degeneraram em tentos para jogos, e não vemos razão para pensar que tivessem sido utilizados como senhas, a não ser por mero acaso, exactamente como, em circunstâncias especiais, teriam corrido como moeda.

A sua classificação é muito contingente, visto que na sua maioria não foram batidos ou fundidos com o nome do rei e poderiam até ter sido executados para e por particulares.

Acresce ainda que, se na sua maior parte os reputamos feitos em Portugal, certamente alguns foram executados no estrangeiro.

Felizmente, os símbolos figurados podem-nos dar elementos para sistematizar a sua classificação e destes símbolos, o escudo das armas da Nação (quando representado), permite, imediatamente, dividir em grupos cronológicos estas peças numismáticas de que estamos a tratar.

Assim, podemos estabelecer os seguintes grupos:

- 1) Antes da fixação, em número de 5 e em aspa, dos besantes ou arruelas nas quinas, ou seja, até ao fim do reinado de Afonso III (1279);
- 2) Desde D. Dinis até que D. João I modifica a sua representação, apresentando as quinas sobre a cruz de Aviz (cerca de 1400);
- 3) Desde o reinado de D. João I até Junho de 1485, data em que D. João II reforma o escudo e armas do reino;
- 4) Depois da data anterior até que a coroa foi fechada no reinado de D. Sebastião (cerca de 1577);
- 5) Depois do facto anterior.

É neste esquema que procuraremos situar os diferentes contos e sempre que não houver representação do escudo de armas, e, ainda mesmo dentro dos grupos anteriores, teremos de nos socorrer de outros elementos gravados que, por ventura, nos possam elucidar.

Esses elementos serão fundamentalmente:

- a) As legendas e o tipo de letra em que se encontram gravadas, tendo em atenção a gravação paralela em moedas e em outros contos onde figure qualquer elemento característico não discutível;

b) A coroa e a sua evolução, estudada quer em moedas quer em contos, cuja catalogação não ofereça dúvidas, como por exemplo são os contos em que figuram as «empresas» dos reis e suas divisas ou o seu nome.

Finalmente, não desprezaremos factores não objectivos como o conjunto da gravação, o módulo e os progressos da técnica de fabrico.

Neste trabalho apresentamos algumas novidades e também algumas hipóteses, as quais, à primeira vista, poderão parecer arrojadas; porém estas (as hipóteses) são produtos daquelas (as novidades).

Assim, a possível classificação como contos, de numismas até aqui classificados como tostões pelos numismatas desde Aragão, é o resultado da existência de contos em prata, de que pela primeira vez se faz prova (1), e, com certeza, se eles não dissessem claramente no anverso *Contos pera contar*, ter-lhe-ia Aragão chamado «moedas de correr», ou na melhor das hipóteses alcunhado de falsificações.

A hipótese de exclusão de peças anepígrafas é igualmente resultante da apresentação de contos anteriores, inéditos, com legendas, e que no presente trabalho se encontram desenhados.

Houve contudo a preocupação de não emitir certezas onde não as podia haver e ficam ressalvadas as possibilidades de se ter de modificar a nossa opinião se algum facto novo para isso concorrer.

Este apanhado não é mais que uma etapa, que se segue, embora a 50 anos de distância, dos escritos sobre o assunto de Manuel Joaquim de Campos, de Meili e de T. de Aragão, e, embora com pena, é mister confessar que, mesmo em face de todos os elementos colhidos, não foi possível, com segurança, classificar cronologicamente alguns espécimes ou séries; por exemplo, os que se atribuem à época que medeia entre D. Pedro I e D. João I, ou os que se localizam no fim do reinado de D. João II e princípios do de D. Manuel.

Todavia, por outro lado, parece não poderem restar dúvidas que os contos tiveram, em Portugal, a função «para contar» desde o reinado de Afonso III até à usurpação do trono por Filipe II de Espanha.

Como prova de que não deve ter havido posteriormente contos, bastaria

(1) Transcrevemos o que o Dr. Pedro Augusto Dias diz no preâmbulo do «Catálogo da Coleção de Moedas e Medalhas Portuguesas e Outras — Pertencentes a Eduardo Luiz Ferreira do Carmo» a págs. VII, e que só chegou ao nosso conhecimento depois do artigo se encontrar no prelo: «...não obstante a qualidade do metal porque não se cunharam só de cobre mas até de prata de lei, como mostra um exemplar que entre eles existe, e me parece pelos cunhos pertencer ao reinado de D. Sebastião ou do Cardeal-Rei». O conto citado não aparece descrito, mas tudo leva a pensar tratar-se de um exemplar de coroa fechada semelhante ao que no presente catálogo recebeu o n.º 116.

não se terem encontrado nunca espécimes atribuíveis aos reinados posteriores e também a existência de contos com data em algarismos árabes, de que se apresentam dois exemplares (1553 e 1556), constata o progresso que nessa época fazia a numeração decimal em Portugal.

Igualmente em contos de D. João III, que se apresentam neste trabalho, é bem marcada a nova função desta peça metálica como tento de jogo, pois nas legendas há alusões a essa nova modalidade de utilização.

Também no estrangeiro, em especial na Itália, a numeração decimal fez durante o fim do século XV e a primeira metade do século XVI grandes progressos comprovados pela publicação de inúmeras aritméticas e tratados de cálculo, dos quais o primeiro conhecido foi publicado anónimo em Treviso, 1478, e foi logo seguido pelas obras célebres de Chiarini (Veneza, 1481), Piero Borghi (1484) e a obra de Filippo Calandri (Florença, 1491) que contém o primeiro exemplo de divisão efectuada segundo o método ainda hoje em uso ⁽¹⁾.

*
* *

De sempre, em trabalhos de numismática, se põe o problema de decidir se a representação das peças metálicas deverá ser feita por fotografia ou por desenho. Não temos dúvida que a fotografia, e só ela, corresponde a um método de precisão, mas num trabalho de compilação é muito difícil ou impossível obter os espécimes para os fotografar e neste trabalho esta dificuldade é acrescida pelo facto de se terem de utilizar peças que foram desenhadas no princípio do século e cujo paradeiro se ignora. A representação em desenho, por outro lado, é mais uniforme e permite dispensar em grande parte a descrição dos numismas.

É em virtude destas razões que optamos, neste trabalho, pela representação em desenho, o qual foi executado sobre os decalques com as peças à vista, ou a partir de desenhos já publicados.

A proveniência dos contos catalogados é a seguinte:

Por desenho directo:

Contos n.ºs: 4, 10, 25, 36, 37, 39, 44, 46, 52, 53, 56, 68, 70, 77, 82, 85, 88, 102, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Engenheiro Raul da Costa Couvreur.

⁽¹⁾ René Taton — Beaux-Arts — N.º especial — 15 de Dezembro, 1954 — Bruxelas.

Contos n.ºs: 2, 7, 23, 26, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 79, 89, 91, 94, 95,

103, 106, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Eduard Marius van der Niepoort.

Contos n.ºs: 30, 31, 38, 41, 45, 65, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Dr. Luís Pinto Garcia.

Conto n.º: 116 (1), da colecção do Ex.^{mo} Senhor Afonso Pinto de Magalhães.

Contos n.ºs: 50, 111, 112, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Engenheiro J. Ferraro Vaz.

Conto n.º: 114, da colecção do Ex.^{mo} Senhor António Benito Maças.

Contos n.ºs: 78 (1) e 101, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Frank Barrote.

Conto n.º: 15, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Manuel Henriques de Almeida.

Contos n.ºs: 9 e 72, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Dr. Francisco de Moraes.

Conto n.º: 18, da colecção do Ex.^{mo} Senhor José Henriques de Melo.

Conto n.º: 93, da colecção do Ex.^{mo} Senhor Carlos M. Peixoto Braga.

Conto n.º: 89, da colecção do Ex.^{mo} Senhor H. Sidónio Pais.

Conto n.º: 3, pertence ao Ex.^{mo} Senhor José Manuel Antunes Ribeiro do Vale.

Contos n.ºs: 20 e 109, pertencem ao Ex.^{mo} Senhor Avelino Cardoso.

Conto n.º: 115, é do Museu Soares dos Reis.

Contos n.ºs: 6, 21, 28, 40, 47, 74, 96, 97, são do Museu Numismático Português.

Fazem parte da nossa colecção os contos n.ºs: 1, 5, 11, 17, 19, 22, 49, 55, 57, 71, 75, 76, 90, 92, 98, 100, 104, 105, 107, 108.

São provenientes de desenhos já publicados ou de fotografias:

Os contos n.ºs: 8, 12, 13, 14, 16, 24, 27, 29, 32, 33, 34, 42, 43, 48, 54, 64, 69,

73, 80, 81, 84, 86, 87, 99, 110, 113 (Archeologo Português).

E o conto 35, do catálogo J. Schulman, colecção Dr. Jules Meili.

A todos estes ilustres coleccionadores apresentamos os nossos melhores agradecimentos; também nos cumpre agradecer aos directores e conservadores dos Museus as facilidades concedidas para a reprodução das peças confiadas à sua guarda e afirmamos que sòmente a amabilidade e gentileza, de uns e de outros, nos permitiram elaborar este catálogo.

Para todos os outros coleccionadores que facultaram a consulta das suas colecções, vão igualmente os nossos agradecimentos e distingo o senhor Coronel Mário Ramires pela valiosa interferência na pesquisa às colecções do Norte.

Ao senhor Eduard van der Niepoort prestamos as nossas homenagens pela sua esclarecida revisão e pelas sugestões que vieram melhorar consideravelmente este trabalho.

(1) Por amável cedência, encontra-se na nossa colecção.



CATÁLOGO (1)

AFONSO III

1 — A figura representa, como julgamos, um conto, dada a ornamentação em volta da cruz, constituída por crescentes muito fechados com a abertura virada para o centro. Na parte superior um X, possivelmente, final de REX. O reverso, em que os escudetes se apresentam carregados apenas com dois pontos, é o característico dos dinheiros deste reinado e pode-se admitir que a palavra PORTUGAL é a gravada na legenda.

Julgamos, assim, que há fortes probabilidades de ser este espécime um conto para Portugal ou mesmo feito em Portugal, no tempo de Afonso III, isto é, justamente no primeiro reinado em que se julga possível a sua introdução no nosso país.

Como singularidade repare-se que as quinas exteriores parecem viradas para a quina central, o que não é corrente em dinheiros, e apenas no conto n.º 8 se encontra esta disposição. Cobre.

2 — Anepígrafo e uniface. Pelos besantes que são representados nos escudetes, é anterior ao reinado de D. Dinis. É de supor, no caso pouco provável de se tratar de um conto, poder ser na realidade, como o n.º 1, contemporâneo do rei Bolonhês.

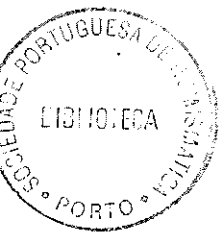
D. DINIS

3 — Já com cinco pontos em aspa, mas conserva a cruz dentro de um círculo. Na legenda, idênticamente ao que se vê no n.º 1, letras alternam com ornamentos, que neste conto são flores de liz, o que parece indicar a origem francesa deste conto. Latão.

4 — Na legenda, quase claramente, lê-se o nome de D. Dinis. O reverso apresenta, em cada escudete, cinco pontos em aspa, cruz cortando a legenda. Latão.

5 — Anepígrafo. Já descrito no Arqueólogo Português como pertencendo ao reinado de D. Fernando e pelo Dr. Batalha Reis como peça do reinado de Afonso III.

(1) Não consideramos variantes, de que obtivemos, aliás, muitos desenhos, para não alongar demasiadamente este trabalho. O catálogo é assim de tipos de contos para contar e se algumas variantes se apresentam é por serem julgadas muito características.



Pelas suas semelhanças com o conto anterior, mas com aparência de melhor manufatura, julgaríamos preferível atribuí-lo ao reinado de D. Dinis ou até a um reinado posterior; porém, temos dúvidas em o classificar como conto. Tratar-se-á de um peso monetário?

D. AFONSO IV

6 — Cruz como as anteriores, cortando a legenda, a qual contém o nome do rei ALF. DEI. GRA. REX.

7 — Este conto foi certamente fabricado em França, pois as suas legendas são:

MER. ELD. EQV. IVRE e EN LATON ABON SERVICE,

atribuindo ao metal do disco duas substâncias diferentes: Cobre e latão.

O tipo da letra da legenda é de transição do românico para o gótico, como se vê nas moedas de Afonso IV, razão pela qual se inclui neste reinado, mas ressalva-se o facto de, na hipótese de ter sido feito em França, o tipo de letra não corresponder perfeitamente ao que era uso no nosso país.

8 — Letra românica como em dinheiros de Afonso IV, em especial os AA que são idênticos aos gravados nos dinheiros. Quinas que não cortam a legenda e viradas para a quina central.

Período D. PEDRO I — D. JOÃO I

9 a 16 — Exemplares do mesmo tipo e que se atribuem ao período que vai de D. Pedro a D. João I, por carência de elementos distintivos. Estes contos são a consequência lógica dos exemplares anteriores e têm a sua continuação em peças que foram batidas em nome de D. João I. Têm sido classificados como pertencendo aos reinados de D. Fernando e D. João I, mas não conhecemos motivos que permitam distinguir a sua ordem cronológica.

D. FERNANDO

17 — Exemplar que é uma evocação perfeita das barbudas de D. Fernando. Marca monetária L (Lisboa) e manufatura em latão extremamente fina. Legenda repetida AVE MARIA GRACIA PLENA.

18 — Conto certamente de carácter internacional. Reverso como nas dobras pé de terra; anverso semelhante aos pilartes; e legenda AVE. MARIA. GRACIA. LP. Manufatura muito boa em latão.

19 — Numisma já apresentado (NVMMVS n.º 4) e sobre o qual não julgamos possível, por agora, asseverar tratar-se de um conto.

D. JOÃO I

20 — A legenda repetida, em gótico, POR. BEN. POR. BEN. POR. BEN., só por si nos indica o reinado em que foi batida esta peça de extraordinário valor iconográfico, por representar, como julgamos, o busto de D. João I.

21 — Mesmas legendas que o anterior. D. João I armado e coroado sustenta o escudo nacional.

22 — Legendas idênticas às de moedas de D. João I poderiam induzir em erro de classificação chamando-lhe moeda, mas a cruz diferente e o aspecto da gravação indicam claramente tratar-se de um conto.

23 — A legenda do anverso AVE MARIA GRACIA PLENA é característica e é conhecida uma variante em que esta legenda é repetida no reverso.

24, 25, 26 — Aparência de moedas sem sinais gravados que denunciem tratar-se de contos. Legendas perfeitamente normais em moedas do reinado.

A primeira, sem indicação de casa monetária, repete a legenda IhNS... As duas últimas, com P-O (Porto), têm como grande número de numismas de D. João I, no anverso a legenda IhNS e no reverso ADIVTORIVM NOSTRVM.

Supomos que devem ser consideradas como moedas, aliás já o fizemos notar em artigo anterior (NVMMVS n.º 4).

27 — Numisma caracteristicamente do reinado de D. João I, batido no Porto. Pensamos que se não trata de um conto como Manuel Joaquim de Campos opina no Arqueólogo. As razões então aduzidas estão ultrapassadas, pois sendo o numisma anepígrafo, dificilmente poderá entrar na série dos contos, visto haver peças anteriores que invalidam a suposição.

No tempo em que M. J. de Campos escreveu (1900), não eram conhecidos grande parte dos contos que hoje se catalogam e havia o convencimento que a peça descrita aqui sob o n.º 5 era um conto (o primeiro para Portugal) do reinado de D. Fernando, o que induziu a supor ser esta peça o seu seguimento lógico na série dos dinheiros de conto.

Tratar-se-á de um peso monetário, como perguntamos para o n.º 5?

D. DUARTE

28 — Único exemplar conhecido batido em nome do rei D. Duarte. DOMINIS. EDUARDUS. REX. PORTU no anverso, no qual a inicial E, coroada,

é cercada por 8 arcos duplos como nas moedas. Reverso ainda com a legenda POR BEN, como no reinado anterior. Exemplar mal conservado, de difícil representação.

D. AFONSO V

29 a 39 — Série interessante que no conto n.º 29 nos apresenta um espécime muito curioso, pois tem na legenda da primeira face o nome do rei ALFONSUS:DEI:GRACIA:EX:P e no reverso um M coroadado, cercado por estrelas de 5 pontas e pequenos MM maiúsculos.

Já foi classificada como de D. Manuel, possivelmente pensando tratar-se de um híbrido, mas quanto a nós tal não deve ser considerado, pois a divisa ADIUTORIUM NOSTRUM IN, não é conhecida em moedas de D. Manuel e no século XVI já não era uso escrever em gótico, tipo de letra em que se encontra gravada a legenda deste conto. Também não se conhecem os contos, de D. Manuel e de D. Afonso V, que pudessem corresponder às suas duas faces.

Para esta letra coroadada e para os MM que a cercam apresentamos a seguinte explicação: o M coroadado será uma invocação simbólica à Virgem, como se lê explicitamente em legendas de muitos contos, e os MM que o cercam terão o significado de numeral ordinal romano, com o valor de mil; ainda hoje se emprega na linguagem corrente a expressão «conto de reis» ou «conto de rei» por mil «mil reis» ou seja mil vezes mil, significado tradicional de conto.

Esta suposição dos MM poderem ter esta interpretação parece-nos reforçada por uma nova hipótese (e uma reforça a outra) que fazemos a propósito do conto seguinte n.º 30. Este conto com a legenda AVE:GRACIA:PLENA:DOMINVS:TECVM no anverso rodeando um escudo em que figura a letra A, tem como reverso a legenda com o nome dos Reis Magos que cercam um escudo central rodeado por 4 SS dentro de arcos de círculo.

Ora para estes SS não se encontrou até agora explicação plausível e, por isso, aventamos a hipótese de representar a abreviatura do Santíssimo em conformidade com a legenda do anverso.

É possível igualmente que estes SS signifiquem, por acumulação, um numeral, pois o S servia na escrita hebraica para representar o número 50, e na escrita numeral latina o algarismo 7 (Enciclopédia Portuguesa).

O n.º 31 é uma peça de características semelhantes com a legenda repetida em que figuram os nomes dos Reis Magos.

O exemplar n.º 32 tem a primeira face igual ao reverso do conto anterior

e na segunda face a moenda, empresa de D. Afonso V. Este conto serve assim de controle para a classificação dos dois anteriores.

No exemplar n.º 33 aparece, pela primeira vez, a palavra CONTV, na legenda, em que se diz CONTV SERVACIO RES PVB, o que pode significar que este conto foi feito para serviço do erário público.

Igualmente as legendas dos contos n.ºs 34 e 36 permitem fazer a mesma suposição. O conto n.º 35, com o nome do rei, sua empresa e legenda, «hE RODIZIO», foi possivelmente de uso no erário real.

Os contos 35 a 38 têm gravado o rodízio espadanando água, que bem caracteriza o reinado de D. Afonso V.

No n.º 39 foi gravado um leão passante no lugar do escudo, alegórico certamente às pretensões ao trono do país vizinho.

40 — O exemplar que se regista sob este número é uma peça de um valor inestimável, em que se alia o nome do rei Afonso, na legenda do anverso, ALFONSUS:RX:PORTUGAL, com o nome de seu filho João, herdeiro do trono, que figura em abreviatura, IOA, coroada, no campo do reverso.

É, segundo o que nos parece, do tempo da regência de D. João, na ausência de seu pai em França, onde tinha ido procurar auxílio para fazer valer os seus direitos ao trono de Espanha.

A ser, como pensamos, batida em nome dos dois príncipes, pai e filho, e não um híbrido, é a única peça que se conhece na história monetária de Portugal naquelas circunstâncias, e julgamos assim ser, pois parece ter havido o cuidado na gravação de não cognominar de rei, D. João e, também, porque não são conhecidos, no caso de se tratar de um híbrido, nenhum dos dois contos que teriam existido para dar lugar a este.

D. JOÃO II

41 a 44 — São classificados neste reinado pela sua semelhança com os de Afonso V e como os escudetes laterais se encontram gravados de acordo com a lei de 1485, que reforma o escudo nacional, são necessariamente posteriores a esta data.

Por analogia com o n.º 43 se classifica o n.º 44, cuja legenda comum CANTATE : DOMINO : CANTICA : NOVA é referente a facto desconhecido para nós.

45 a 48 — Moedas de conto com o pelicano, caracteristicamente de D. João II e a que só falta a legenda «Pola lei pola grei».

É nestes contos que aparece pela primeira vez (em contos) o escudo coroadado. A pequena coroa e o tipo de letra dos contos 46 e 47 permite supor que al-

gumas peças da série seguinte (49 a 61 — Esfera sem eclíptica) poderão ser atribuídas ainda a este reinado.

49 a 52 — Esta série tem um elemento comum: a esfera armilar (ainda sem eclíptica), pelo que os contos têm sido classificados como batidos ou fundidos no reinado de D. Manuel, ou posteriormente. Discorda-se aqui desta classificação, pois se é verdade que foi D. Manuel I que teve como divisa a esfera «SPERA IN DEO», é também fora de dúvida que já era conhecida a sua representação muito antes e em «1484, Diogo Cão saiu de Lisboa com 2 caravelas e ia com ele o célebre Martim Behaim, o inventor do astrolábio aplicado à navegação e o autor do famigerado globo de Nuremberg» (M. P. Chagas — Hist. de Portugal — vol. 3, pág. 38) e que diz Manuel Severim de Faria «Teve El Rey D. Manuel por empresa a Esphera, que vulgarmente se chamava então Espera, e lha deu El Rey D. João II como em pronóstico da Coroa» (Discurso IV, parágrafo XXXI «Das moedas del Rey D. Manuel», pág. 179), o que indica ser a esfera, já no tempo de D. João II, um emblema de realeza.

Mas, bastaria ver com atenção os contos (49, 50 e 52) em que a forma da letra foi intencionalmente aproveitada para indiciar o nome de D. João II (IOII), para justificar a classificação feita. A falta de eclíptica parece indicar uma representação primitiva da esfera, posteriormente evolucionada dando lugar a representações características dos reinados seguintes.

Período D. JOÃO II — D. MANUEL I

53 a 64 — Todos os espécimes têm como os anteriores a mesma representação da esfera sem eclíptica, mas falham os restantes elementos de identificação, o que tornaria precária a sua catalogação em qualquer dos reinados.

Todavia, ainda se pode estabelecer uma certa cronologia entrè eles.

Assim, pela evolução da coroa parece que os n.^{os} 53, 54 e 55 são nitidamente do começo da série; o 60 é tido como evolução para a série seguinte (n.^{os} 65 a 73), atribuída ao Porto, dada a forma da coroa, e o 64 parece um tipo que se poderia já julgar de D. Manuel.

Notem-se os SS, que nalguns destes contos acompanham o escudo, e como já disse a respeito do conto n.º 30, além do significado de «Santíssimo» podem ter um significado numeral a partir do alfabeto hebreu, o que justificaria o seu desaparecimento simultâneamente com a expulsão dos judeus no reinado de D. Manuel, o que, se mais não for, é uma coincidência bastante aliciante para a hipótese cronológica que se admite.

Vem a propósito dizer que, para nós, é evidente que os SS figurados nada

têm a ver com a inicial de D. Sebastião, embora muitas vezes estes contos tenham sido atribuídos ao seu reinado...

Os contos 54 e 55 têm na face do escudo a legenda V:M:V, que interpretamos como abreviatura de Virgo Maria Virginis, paralelamente ao V.V.M. latino (Virgo Vestalis Maxima), mas não é de excluir a hipótese de se tratar apenas de letras que têm um significado numérico (V=5. M=1.000).

Então, e apenas com um critério de probabilidade, supomos que os contos 53 a 60 poderão ser atribuídos a D. João II e os restantes, 61 a 64, a D. Manuel I.

65 a 68 — Torna-se difícil a classificação destes contos, pois não têm bem marcadas as características que distinguem os contos de D. Manuel e ainda apresentam alguns caracteres de D. João II.

Os três primeiros pertencem à série do Porto, como explicitamente o n.º 66 regista na legenda

CONTV ÷ DO PTO ÷ UTEAR ÷ ECOTAR.

A legenda do reverso destas três peças é: DEVISA.D:R:PUS.OGEIRA. CADAVRE, a qual lembra a frase que o Príncipe Perfeito, já doente, teria proferido aos que lhe davam o tratamento de Alteza:

«Deixae, deixae. sou apenas cinza e podridão»

É de registar na legenda a palavra UTEAR que se encontra em outros contos como OTEAR e que supomos ter o mesmo significado que o arcaico OUTAR (juntar o casulo do trigo joeirando). Podemos, então (sem julgar estarmos de posse de uma certeza), classificar os contos 65, 66 e 67 como contemporâneos do rei D. João II e o n.º 68 do reinado de D. Manuel.

D. MANUEL

69 a 70 — Estes contos são exactamente a continuação da série anterior do Porto (65, 66 e 67) e na generalidade apresentam no reverso a legenda DEVISA : DE : R : DE : PVRTVGAL e note-se a grafia de Portugal, apenas vista em moedas não consideradas autênticas (1) e a este facto voltaremos quando tratarmos de contos de D. João III.

(1) Eng.º Raul da Costa Couvreur — Moedas de D. Manuel I, Moedas de D. João III. Rev. de Guimarães, vol. LXII.

A coroa é o seguimento da evolução já esboçada no conto n.º 60 e a esfera é representada já com eclíptica.

74 — Em nome de D. Manuel, feito no Porto, P-V, ladeando o escudo. Reverso como o n.º 70, o que reforça (se fosse necessário) a classificação daquela peça.

75 — Numisma classificado por Aragão como tostão, em *prata*. O exemplar desenhado tem aparência de prata fundida e o anverso assemelha-se extraordinariamente ao anverso do exemplar anterior n.º 74; no reverso, a cruz dos Portugueses, mal delineada e o barbarismo da legenda IN. HOCE. SVIGNO. VENCIS levam à suposição de se tratar de um conto em prata e não é de estranhar que as legendas sejam semelhantes às de moedas, pois já assim encontramos nos contos de D. João I e de D. Afonso V e iremos também encontrar no reverso de outro conto em prata do reinado de D. Sebastião, em que, aliás, a legenda IN. HOC. SIGNO. VINCES é totalmente correcta.

76 a 79 — Catalogados como de D. Manuel, tendo em vista a forma da coroa e da esfera armilar, sequência lógica, em relação à coroa, do n.º 64 e, relativamente à esfera, do n.º 68.

D. JOÃO III

80 — Conto certamente do começo do reinado, dada a sua semelhança com os de D. Manuel, mas em que o sinal de separação de palavras (triângulo ladeado de pontos) é comum a moedas de D. João III.

81 e 82 — Ainda o sinal de separação das palavras (estrela) e principalmente os dois círculos, um de pérolas e outro liso, fazem com que classifiquemos estes contos como pertencendo a este reinado.

No n.º 81 a palavra TENTE parece ser o primeiro indício da degenerescência em tentos de jogo (ver conto n.º 99); no n.º 82, regista-se mais uma vez PVRTUGAL.

83 — Conto internacional, datado (1553). O «W» indica, claramente, a origem não nacional, pois no alfabeto português não figura esta consoante. Interessante pela representação de um banqueiro da época.

84 — Conto que, no Arqueólogo, Manuel J. de Campos descreve como batido nos Açores. Datado de 1556 em algarismos árabes.

Os dois açores que se defrontam na base do pelourinho seriam a representação das duas ilhas — S. Miguel e S.^{ta} Maria — enquanto os açores, que voam ao longe, representariam as restantes ilhas do Arquipélago.

85 a 96 — Série com o nome do rei. Em grande número destes numismas foi gravada a legenda OMNIS. SPES. EIVS. IN. DEO., certamente divisa do rei

D. João III e que julgamos ser fórmula derivada da de D. Manuel, em que uma esfera tem como dístico IN. DEO, o que se interpreta como: SPERA. IN. DEO.

Os desenhos 89, 91 e 96 referem-se a numismas em prata e os n.ºs 91 e 96 correspondem aos classificados como tostões na obra de T. de Aragão, o que igualmente sucederia ao n.º 89 se na época fosse conhecido.

Na verdade, em relação às peças desenhadas sob o n.º 89 (julga-se que é apresentada pela primeira vez) e n.º 91, supomos que se pode tratar de contos, semelhante ao que dissemos a respeito do desenho n.º 75, e a que os seguintes factos emprestam uma certa lógica:

1) — Manufatura por fundição.

(O Senhor Ed. Niepoort, contudo, tem um exemplar muito semelhante que não é fundido).

2) — A irregularidade da cruz de Cristo, não vista em outros numismas do reinado.

3) — A semelhança, íamos dizer a igualdade, do anverso com contos (89 com 88, e 91 com 90 e 92).

4) — O n.º 89 apresenta 9 castelos no escudo em vez de 7.

Relativamente ao n.º 96 (tostão n.º 19 de Aragão), em que a palavra Portugal se apresenta gravada como PVRTVGAL, e as quinas em cruz, levaram já à afirmação de se tratar «*de obra de curioso e não de moeda na aceção legal e numismática do termo*» (1).

Nós juntaremos ainda a seguinte observação:

O exemplar existente no Museu Numismático Português pareceu-nos, ao Ex.^{mo} Conservador e a nós, uma peça fundida, o que me leva a afirmar que se deve tratar de um conto, e a sua ornamentação, excepcional em moedas, estaria de acordo com a índole das peças de que tratamos.

Por último diremos que a raridade dos quatro espécimes de «tostão» (75, 89, 91 e 96), (o n.º 89 é inédito), não sendo raros os tostões de prata desta época, é outro argumento em favor da tese apresentada, pois os contos eram feitos em pequeno número e a sua raridade é por assim dizer uma regra geral.

97 a 99 — Classificados em face da divisa

OMNES. SPES. EIVS. IN. DEO.

Nos exemplares 97 e 98, interpretamos o M central como uma invocação à

(1) Eng.º Raul da Costa Couvreur, vol. LXII da Revista de Guimarães — Moedas de D. João III — O tostão n.º 19 de Aragão.

Virgem e no n.º 97 as letras que o cercam completam a legenda AVE. MARIA. GRACIA. PLENA.

Na legenda, em volta do escudo do conto n.º 99, a palavra TENTUSI diz-nos ser esta peça uma degenerescência do conto em tento de jogo.

100 a 109 — Os sinais de separação das palavras nas legendas, a forma arredondada do escudo, os círculos e as coroas colocam estes contos como fabricados no reinado de D. João III e neles atinge a maior culminância a deturpação do escudo.

D. SEBASTIÃO

110 a 114 — A ausência de círculos, no anverso e no reverso, a evolução da esfera, em que a eclíptica apresenta a indicação dos signos e a forma larga da coroa, juntamente com uma impressão subjectiva dada por estes contos, permitem classificá-los como pertencendo a este reinado.

O n.º 114 é batido em prata.

115 e 116 (1) — Coroa fechada de maneira muito semelhante à gravada no tostão de D. Sebastião.

O n.º 116 é batido em prata e muito curioso: parece-nos um híbrido entre moeda de D. Filipe III e conto de D. Sebastião, pois, se no anverso diz CONTO PERA CONTAR, pela forma da coroa e seu fecho, pelos pontos que ladeiam o escudo, e pela estrela no começo da legenda se classifica sem hesitação no reinado de D. Sebastião, também, pelo reverso, não se hesitará em classificar como numisma do reinado de D. Filipe III, quer pelos pontos que cantonam a cruz, quer pela forma desta e principalmente pelos pontos nas extremidades dos seus braços.

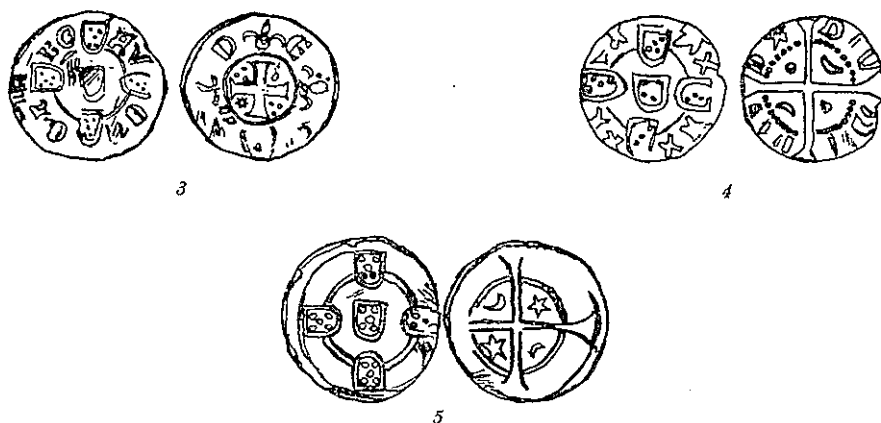
Assim este numisma será um híbrido duplo: híbrido de conto para contar e moeda, e híbrido dos reinados de Filipe III e D. Sebastião.

(1) É evidente que se podem também atribuir a D. Henrique ou aos Governadores do reino.

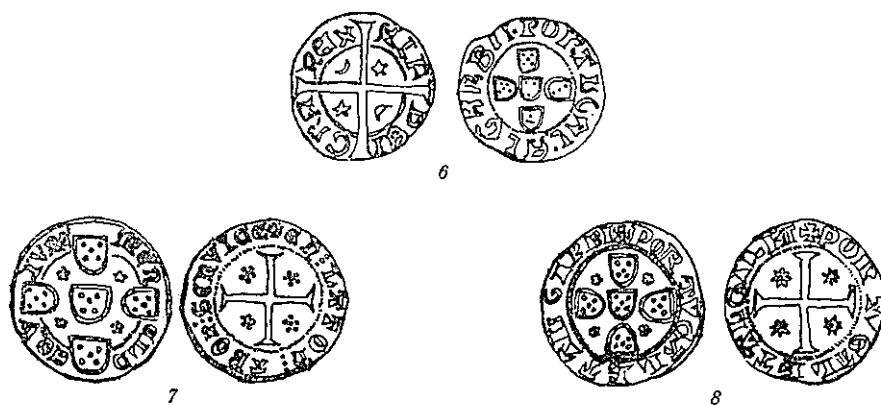
D. AFONSO III



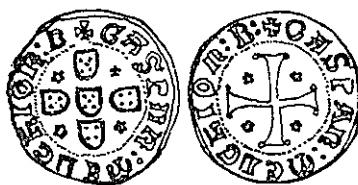
D. DINIS



D. AFONSO IV



D. PEDRO a D. JOÃO I



9



10



11



12



13



14



15



16



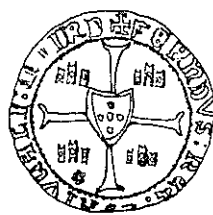
D. FERNANDO



17



18



19

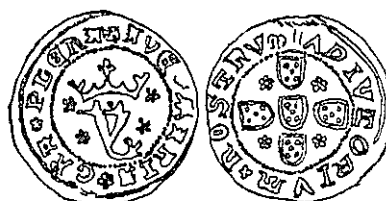
D. JOÃO I



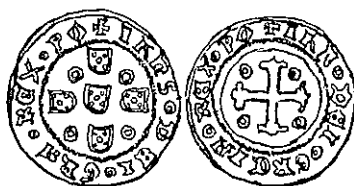
20



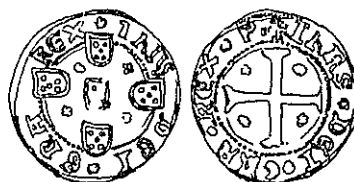
21



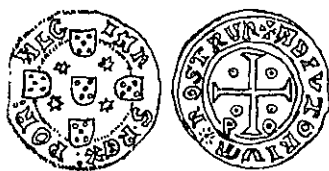
23



22



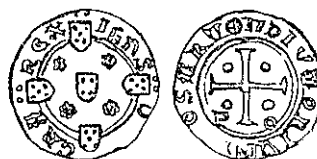
24



25



27



26

D. DUARTE



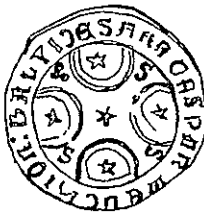
28

D. AFONSO V



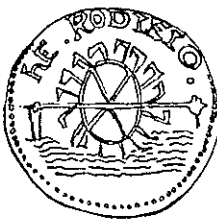
29

30



31

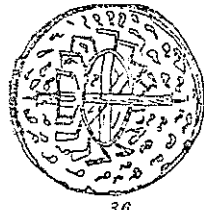
32



33

35

34

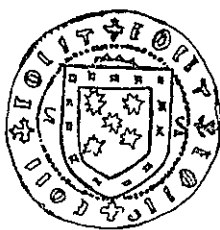


36

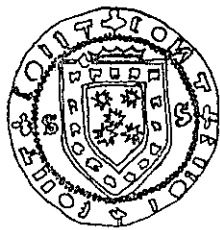
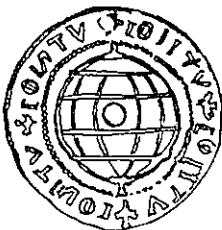
37

38

39



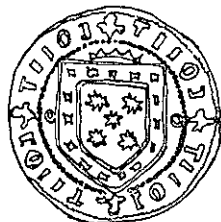
49



50



51



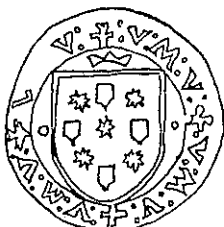
52



D. JOÃO II—D. MANUEL I



53



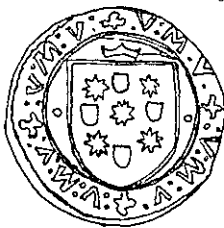
54



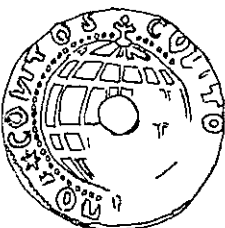
55



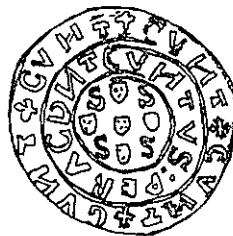
56

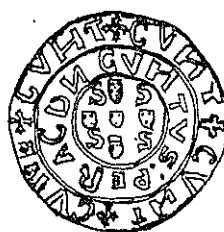


57

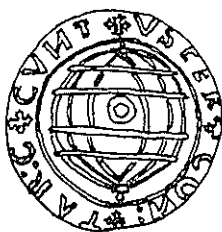


58

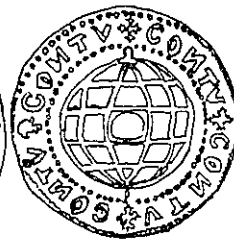




59



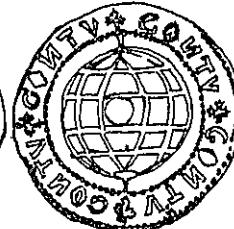
60



61



62



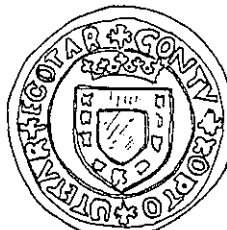
63



64



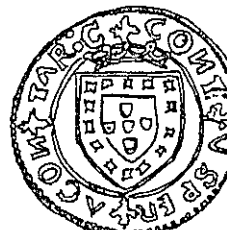
65



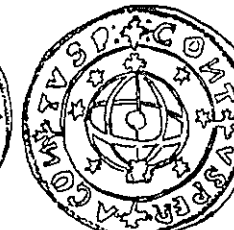
66



67



68





78



79



D. JOÃO III



80



81



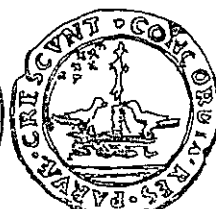
82



83



84





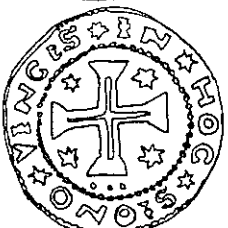
85



86



87

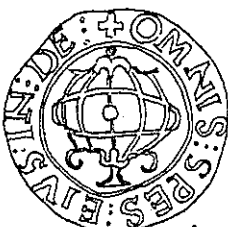


88

89

91

90



92

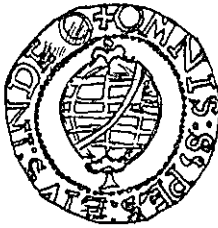
93



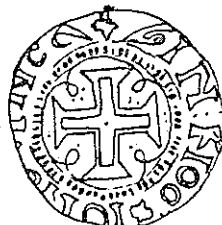
94



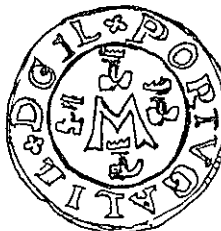
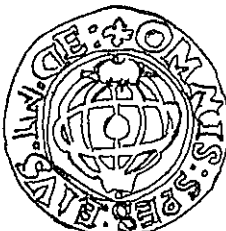
95



96



97



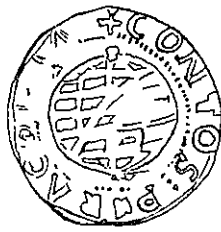
98



99



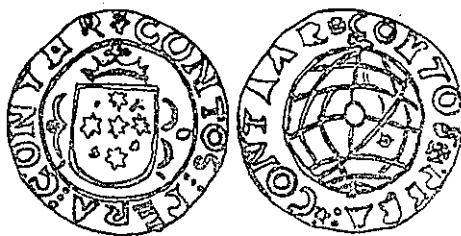
100



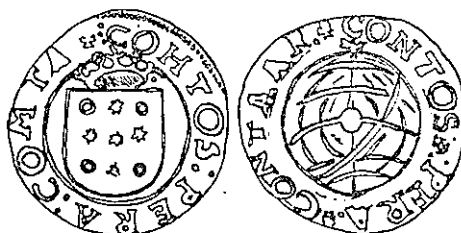
101



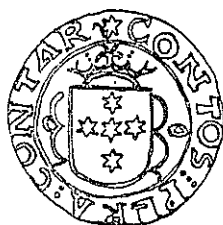
102



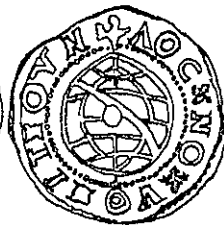
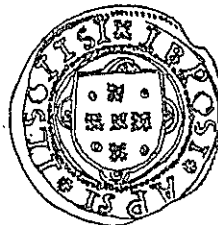
103



104



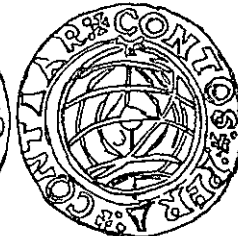
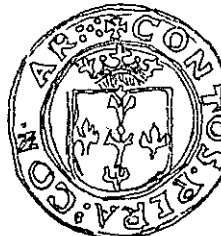
105



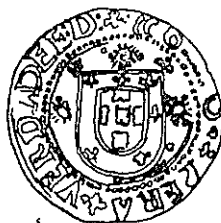
106



107

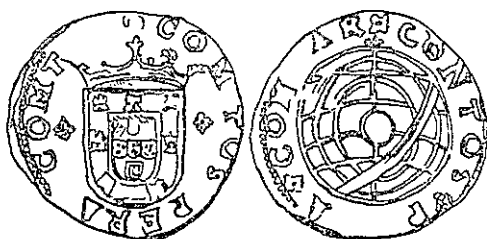


108



109

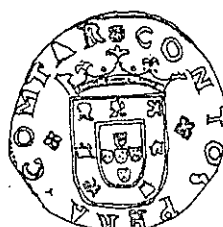
D. SEBASTIÃO



110



111



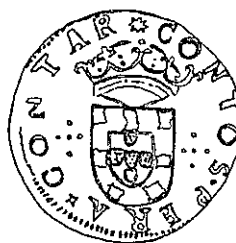
112



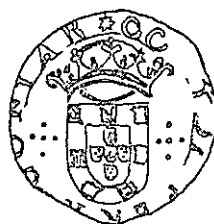
113



114



115



116

